

# **Trabalho de campo, por que fazê-lo? Reflexões à luz de documentos legais e de práticas acadêmicas com as geociências.**

Carla Juscélia de O. Souza. Geógrafa, Ms. Prof<sup>ª</sup>. do UNIBH<sup>1</sup> e UNIFEMM<sup>2</sup>; [carlaju@uol.com.br](mailto:carlaju@uol.com.br)  
Fabiana Silva R.Faria. Geógrafa, Ms. Prof<sup>ª</sup>. do UNIBH; [fabianasrfaria@hotmail.com](mailto:fabianasrfaria@hotmail.com)  
Mônica Pessoa Neves. Geóloga, Ms. Prof<sup>ª</sup>. do UNIBH; [monica.neves@unibh.br](mailto:monica.neves@unibh.br)

## **Resumo**

A partir de leituras, discussões e reflexões, entre professores de Geografia e Geologia do ensino superior, alguns aspectos de natureza legal e institucional da atividade de trabalho de campo são apresentados e discutidos, bem como os aspectos didático-pedagógicos, segundo os tipos: ilustrativo, treinador, motivador, investigativo ou autônomo. Por meio de alguns assuntos de abordagem geomorfológica apresenta-se uma prática didático-pedagógica em trabalho de campo, onde conteúdos conceituais e procedimentais, comuns à Geomorfologia, são citados. A partir da Lei 6664 de 26/06/1979 e do Parecer No. CNE/CES 492/2001 é possível verificar o reconhecimento oficial do trabalho de campo como atividade importante e necessária no campo da Geografia, seja esse campo o do técnico, da formação ou do ensino. Apesar do reconhecimento legal, a discussão mostra que ainda há resistência de instituições de ensino superior (IES) quanto ao resguardo do direito, legal e pedagógico, dos alunos realizarem efetivamente a referida atividade durante o seu processo de formação acadêmica.

**Palavras-chave:** Trabalho de campo, Legalidade, Didática, Geomorfologia

## **Abstract**

*Some legal and institutional aspects of field mapping have been presented and discussed as well as didactic-pedagogic ones from readings, discussions and reflections among geography and geology teachers of superior education, according to the following types: illustrative, training, motivate, investigative or in an autonomous way. The geomorphologic approach presents didactic-pedagogic practices of field mapping where concepts and procedures common to geomorphology are taught. According to the law 6664 of 06/26/1979, Num. CNE/CES 492/2001 it is possible to verify the official recognition of field mapping as an important and necessary activity in geography whether it is technical, formation or of learning. Despite the legal recognition, there has still been resistance to field mapping by Superior Education Institutions when they should accept that students have the legal and pedagogical right to effectively accomplish the activity during the process of academic formation.*

**Keywords:** Field mapping, Legal aspects, Didactic-pedagogic, Geomorphology

---

<sup>1</sup> UNIBH- Centro Universitário de Belo Horizonte

<sup>2</sup> UNIFEMM – Centro Universitário de Sete Lagoas – Fundação Educacional Monsenhor Messias

## **Introdução**

Este trabalho é uma reflexão que resulta de diálogos sobre leituras, discussões e experiências de profissionais que trabalham com a formação de geógrafos que consideram o trabalho de campo como recurso didático no processo de formação. Essa atividade é considerada também, um procedimento metodológico no trabalho do geógrafo, do geomorfólogo e demais profissionais que têm como objeto de estudo a superfície terrestre com as suas possíveis dimensões – geográfica, geológica, biológica, sócio-ambiental e outras.

Embora essa colocação possa parecer banal entre as pessoas que realizam a referida atividade e reconhecem a sua importância na formação acadêmica e na vida profissional, o que se verifica fora da comunidade envolvida com os estudos de natureza geográfica, geológica, ambiental é o equívoco de se pensar o trabalho de campo como atividade de lazer.

Acredita-se que tal equívoco deriva, entre outros aspectos, do próprio desconhecimento dessa prática nos trabalhos de natureza geográfica com as suas várias faces e especificidades do objeto de estudo, como também do desconhecimento do seu potencial didático.

É possível encontrar entre instituições de ensino superior, principalmente entre as privadas, o constante embate, às vezes positivos, entre corpo docente, discente e coordenações com o setor financeiro quando se discute cortes de verbas e custos-benefícios. Nesses embates, embora nem sempre verbalizado, a questão da importância do trabalho de campo é questionada quanto a sua real necessidade.

Diante disso, julgou-se importante escrever um texto com o objetivo de se discutir a importância do trabalho de campo pelo viés da sua dimensão didática e do reconhecimento legal dessa prática nos documentos e diretrizes que orientam e fundamenta a formação profissional, principalmente a da Geografia.

Como um recorte que possibilita discutir melhor e demonstrar a importância didática e metodológica do trabalho de campo, adotou-se a área da geomorfologia como foco para estruturar os argumentos dessa prática no processo de formação de um profissional, uma vez que essa tem como uma de suas necessidades o trabalho de campo, principalmente durante a formação profissional.

## 1. Referência ao Trabalho de Campo em Pareceres e Legislação

Ao contrário do que muitos pensam - o trabalho de campo em Geografia não é uma excursão. Acredita-se que esse tipo de pensamento, errôneo, afetou gerações e contribuiu para o atraso na consciência científica de muitas instituições sobre o trabalho de campo em Geografia, prejudicando assim, possivelmente, a formação profissional.

Sabe-se que um importante impulso para a profissão de geógrafo veio no final da década de 70, com o reconhecimento da mesma, através da Lei 6664 de 26/79 que reconheceu a profissão e atribuiu importantes competências a esse profissional. Entre as competências podem-se citar os

“I - reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico geográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico e as realizadas nos campos gerais e especiais da Geografia, que se fizerem necessárias”. (BRASIL, 1979)

E, ainda

“Caracterizar regiões nas diferentes escalas; interpretar condições hidrológicas de bacias hidrográficas; fazer zoneamentos; realizar pesquisas de mercado e intercâmbio comercial; levantamento e mapeamento destinados à solução dos problemas regionais”. (BRASIL, 1979)

Nesse artigo da Lei, não se fala explicitamente sobre a obrigatoriedade de ocorrer trabalho de campo para a investigação geográfica na formação do profissional. No entanto, pode-se dizer que a realização do mesmo está implícita, uma vez que no desempenho das atribuições do geógrafo, geomorfólogo, assim como do geólogo, encontra-se a necessidade da habilidade da investigação *in loco* e não apenas do trabalho em gabinete. Como fazer levantamentos, reconhecimentos, zoneamentos, pesquisas de uma região sem ter contato com a mesma, a fim de aferir dados secundários ou de coletas? Como caracterizar, diagnosticar e confirmar a ocorrência de possíveis deslizamentos de massa em meio urbano e/ou rural que possam comprometer populações em áreas de risco? Como fazer um mapeamento sem ir ao campo e identificar *in loco* as categorias a serem mapeadas? Quanto a isso, é importante ressaltar que por mais que tenham avançado as tecnologias de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, ainda assim o campo é imprescindível. Como desenvolver a habilidade de observar, descrever, interpretar fenômenos naturais e socioespaciais, bem como a habilidade de coletar amostras de materiais primários, no futuro profissional, sem a vivência

em trabalho de campo? Essas questões são postas para se pensar a importância dessa atividade como procedimento metodológico, que permeia a formação dos profissionais na área das geociências, e como possível recurso didático-pedagógico para a compreensão de conceitos e noções chave em Geografia e em específico em Geomorfologia.

Para ampliar a discussão da importância da atividade de campo, para a investigação geográfica, um outro aspecto merece destaque. Atualmente, o profissional de Geografia vem atuando de maneira eficaz nas diversas áreas ambientais. Na Lei 6938/81 de Política de Meio Ambiente, consta como um dos seus instrumentos - o Licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. No entanto, para adquirir o licenciamento ambiental, o empreendimento dependerá do EIA / RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de impacto de Meio Ambiente) e/ou de outros relatórios PCA (Plano de Controle Ambiental) RCA (Relatório de Controle Ambiental), elaborados por equipe multidisciplinar. O geógrafo pode e deve ser um dos profissionais dessa equipe a conduzir e gerenciar os estudos da área a ser licenciada.

Apesar do reconhecimento da profissão em 1979, da ampliação do mercado de trabalho para o geógrafo, das indicações das atribuições e competências desse profissional, inúmeros geógrafos, que trabalham com a formação de profissionais, ainda enfrentam problemas quanto à efetivação dos trabalhos de campo em instituições de ensino superior.

No ano de 2001, o Ministério da Educação / Conselho Nacional da Educação na forma do Parecer No. CNE/CES 492/2001 relatou que para os cursos de Geografia, e outros, obterem seus reconhecimentos, os mesmos deveriam atender as diretrizes propostas. Entre essas diretrizes, apontam-se as competências e habilidades gerais que competem ao Curso de Geografia desenvolver em seus futuros profissionais, a saber:

“a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações dos conhecimentos; b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais; c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos; d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica; e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográfica; f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia; g. Utilizar os recursos da informática; h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico; i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.” (BRASIL, 2001).

Dentre essas competências, destaca-se a letra “d” que se refere ao planejamento e realização de atividades de campo relacionadas à investigação geográfica. Essa competência atribuída ao geógrafo pode ser demanda do mesmo no exercício da docência na educação básica<sup>3</sup> e/ou nos trabalhos técnicos e específicos. Dada a essa referência juntamente com a recomendação da comissão e voto do relator do MEC (Ministério da Educação e Cultura), somente terá o curso aprovado aqueles que seguirem essas diretrizes. As instituições, que tem o curso de Geografia, devem seguir as diretrizes propostas, e ter clareza do reconhecimento e a institucionalização da atividade de trabalho em campo. Mas, ao contrário disso, muitas instituições ainda não assumem, plenamente, essa prática.

## **2. Natureza didática do trabalho de campo**

A atividade prática - Trabalho de Campo - entendida como, também, um recurso didático é reconhecido como importante uma vez que possibilita, entre outras coisas, uma aprendizagem significativa, conforme se verifica nas observações de graduandos, ao colocarem que,

“Sua importância didática se dá pelo fato de que, além de ser possível identificar elementos no real, leva a despertar e/ou ampliar a curiosidade científica do estudante. O Trabalho de Campo propicia uma maior assimilação dos conteúdos teóricos desenvolvidos na sala de aula. Em sua prática ocorre uma transposição destas teorias para uma determinada realidade, tornando-as tangíveis e interessantes ao gosto e à absorção do conteúdo. O assunto que na sala pode produzir vinculações e/ou imagens diferentes em cada aluno, torna-se real e produz um efeito de “esclarecimento” ao ser reconhecido e interpretado no campo”. (SOUZA, et. al. 2006, p.5)

e nas diretrizes educacionais e outros documentos, citados por Oliveira (2007), a saber:

“Contemporaneamente, a importância atribuída ao trabalho de campo, nas diretrizes educacionais, contidas nos documentos oficiais, reforça o consenso em torno da valorização das atividades vivenciais, tendo como meta o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Esse consenso, marcado pela maior difusão das teorias educacionais interacionistas (Piaget), sociohistóricas ou sociointeracionista (Vygotsky e Freinet) e cognitivistas

---

<sup>3</sup> Entre os vários documentos oficiais como Parâmetros Nacionais Curriculares e publicações voltadas para o ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica, o trabalho de campo é indicado e apresentado como recurso, como instrumento e metodologia de ensino. Na Revista Escola, de junho de 2008, mais uma vez esse fato é observado.

(Ausubel), demarca a busca por novos parâmetros que orientem a construção do conhecimento na escola”. (OLIVEIRA, 2007, p.6)

Essas citações são algumas entre inúmeras existentes em artigos que abordam a importância, a eficácia e as características dos trabalhos de campo. Entre esses artigos, verifica-se o de Scotergagna e Negrão (2005) que fazem referência ao trabalho de Compiani e Carneiro (1993) sobre a natureza e os objetivos do mesmo na formação acadêmica.

De acordo com Compiani e Carneiro (1993), apud Scotergagna e Negrão (2005), pode-se estabelecer seis categorias de trabalho de campo: ilustrativa, indutiva, motivadora, treinadora, investigativa e autônoma. Essas foram definidas por meio dos seguintes critérios, observados nas práticas dos trabalhos de campo: - objetivos pretendidos; visão de ensino presente no processo didático realizado; questionamento ou não dos modelos científicos existentes; método de ensino incluindo a relação docente-aluno e da lógica predominante de aprendizagem presente na prática do professor.

A **Atividade Ilustrativa** é considerada a mais tradicional por considerar o conhecimento como um produto acabado e é empregada para mostrar e reforçar os conceitos vistos em sala de aula. Nessa atividade o aluno tem uma postura passiva e receptora das informações repassadas pelo professor. O campo como **Atividade Indutiva**, compreende a intenção de se estabelecer um guia de observação e interpretação de um suposto problema apresentado pelo professor. Para resolvê-lo os alunos se orientam a partir de um roteiro de atividades que demanda o conhecimento de natureza teórica e conceitual, previamente, estabelecidos. Segundo Compiani e Carneiro (1993) apud Scotergagna e Negrão (2005), o processo de aprendizagem presente nessa atividade valoriza os métodos científicos e o raciocínio lógico dos alunos.

A **Atividade de Campo Motivadora** compreende a saída com a intenção de despertar o interesse do aluno por algum aspecto a ser estudado ou problema apresentado. Geralmente, esse tipo de atividade ocorre no início dos cursos quando o aluno ainda apresenta “desprovido” de conhecimentos específicos da área de formação. Por outro lado, se o aluno já teve contato com conteúdos de natureza técnica e instrumental, é comum a **Atividade de Campo Treinadora**, onde o aluno irá exercitar o uso de instrumentos específicos como, também, experimentar procedimentos de coleta de material e medições.

**Atividade de Campo Investigativa** é centrada no aluno, o qual deverá resolver determinados problemas e para isso poderá elaborar as hipóteses que serão pesquisadas no

campo. Nesse sentido, será necessário, também, o aluno estruturar a seqüência de observação, interpretação, bem como decidir as estratégias para validá-las (SCOTERGAGNA E NEGRÃO, 2005). Nota-se que nesse caso, a atividade valoriza o conhecimento prévio do aluno sem uma preocupação com a lógica da ciência empregada pelo mesmo. Também nessa linha, porém dando maior autonomia para o aluno, verifica-se o **Campo Autônomo**. Este objetiva possibilitar ao aluno o despertar do espírito investigativo e prepará-lo para a sua realidade profissional (SCOTERGAGNA E NEGRÃO, 2005). Nessa atividade o aluno realiza o trabalho de campo de maneira autônoma, com investigações constantes e várias saídas, sempre que necessárias. Ao professor cabe o papel de orientar via discussões e trocas de experiências.

Pensando essas categorias na formação em Geografia e em específico na disciplina Geomorfologia constata-se muito delas, variando de professor para professor e de período para período, de instituição para instituição. Independente da categoria adotada, todas tem em comum a valorização da saída da sala de aula para uma prática em campo, a qual permite o exercício cognitivo da observação, identificação, correlação, análise e interpretação.

### **3. Discussão de uma prática de Trabalho de Campo**

As disciplinas de Geomorfologia, como componente curricular dos Cursos de Geografia, compreendem, em linhas gerais, a abordagem da gênese do relevo à luz dos processos geomorfológicos e dos condicionantes climático, litológico, estrutural, tectônico e antrópico. Esses processos e formas são estudados em escala geográfica global, regional e local, assim como em escala temporal (milhões de anos a meses, dias, e horas). A interação entre condicionantes, processos, agentes e ritmos resultam em conjuntos regionais, paisagens e vertentes dinâmicas que se mantêm como expressão externa e materializada dessa interação. Essa dinâmica é percebida ao se conferir os resultados dos processos expressos no modelado, nas vertentes e nos fundos de vales sejam através das formas de relevo, depósitos, tipologia de materiais e sedimentos.

Sabe-se que, na sala de aula prioriza-se a edificação do instrumental teórico e conceitual que possibilite o graduando construir uma rede de conceitos sobre interpretação da dinâmica dos fenômenos naturais responsáveis pela gênese do relevo, mas é durante o trabalho de campo que o discente fará um contato direto com as expressões materializadas dos processos discutidos sob o enfoque teórico e conceitual.

Apesar de existir a possibilidade de se estudar as formas de relevo, em sala, por meio de modelos como maquetes, blocos diagramas, modelos digitais e cartas topográficas, esses recursos são insuficientes para dar conta, sozinhos, das habilidades de identificação e interpretação, no real, das mesmas. Essas habilidades resultam da interação entre o saber aplicar o conhecimento específico, o saber fazer o reconhecimento no real, o saber recriar paisagens a partir de evidências e expressões e o saber utilizar diferentes linguagens (SOUZA, 2007). Portanto, para se aproximar do entendimento de toda a complexidade da dinâmica do relevo e de seus processos, é necessária também a observação e investigação *in loco*.

Pautada na concepção de uma aprendizagem significativa<sup>4</sup>, na idéia de uma atividade indutiva, motivadora e treinadora para o alcance de uma postura investigativa e autônoma com os conteúdos geomorfológicos, alguns procedimentos vêm sendo adotados a fim de se aproveitar a potencialidade didática do trabalho de campo, respeitado os aspectos limitadores, como: tempo disponibilizado pela instituição, raio de percurso permitido, material disponível e número de alunos por turma.

Estabelecidos os objetivos, e ciente das limitações, adotou-se procedimentos de pré-campo, campo e pós-campo, os quais apresentam especificidades, a saber:

1) **Pré-campo:** este corresponde à preparação de mapas geológico e geomorfológico, cartas topográficas e perfis geológicos da área a ser visitada, observada e interpretada à luz da escala regional e local; dos conceitos litoestrutura, morfoestrutura, morfotectônica, vertente, processos e sistemas morfogenéticos. Nessa etapa, a partir de uma base cartográfica, cada aluno deve pintar o seu próprio mapa<sup>5</sup>, reconstituir, na medida do possível, a superfície “original” da topografia a partir do comportamento da estrutura das rochas e realizar leituras sobre a região a ser visitada e observada.

2) **No campo:** a turma é dividida em grupos, os quais recebem: bússola; mapa rodoviário; mapa geológico ou topográfico, com escala de detalhe (1:25.000 ou 1:50.000); três questões para serem resolvidas em pontos específicos e roteiro de procedimento geral no campo. De posse desse material, e chegando aos pontos pré-estabelecidos pelo professor, todos devem orientar os mapas, localizar-se nos mesmos, correlacionar elementos

---

<sup>4</sup> O discente deve ser sujeito do seu conhecimento, assim como sujeito ciente de suas possíveis dificuldades, e o professor deve ser o orientador da construção desses conhecimentos e observador e mitigador de possíveis dificuldades.

<sup>5</sup> A partir de mapa geológico e geomorfológico do Projeto Radar (1977) escala 1:500.00, o professor elaborou mapas simplificados contendo a região de interesse, no caso Região Metropolitana e entorno, a fim de que todos os alunos pudessem ter em mãos um documento contendo a espacialidade das diferentes unidades geológicas e geomorfológicas da área de estudo.

representados com os elementos do real, descrever a paisagem em sua dimensão natural e social, atentando-se para os aspectos da dinâmica local e o contexto regional. Esse exercício permite trabalhar a habilidade de localização e percepção espacial, além da habilidade de reconhecimento de padrões e formas no real e na representação bidimensional, consideradas como habilidades espaciais básicas por Kastens e Ishikawa (2005).

Na abordagem da escala local, deve-se observar a possível inter-relação agentes/processos morfogenéticos/condicionantes/formas e ação antrópica. Ainda nessa escala de abordagem é possível encontrar pequenas formas resultantes da interação agente/processos/condicionantes atuantes na escala espacial pontual e na escala temporal de dias. A partir desses elementos é possível discutir a idéia de intensidade, frequência e magnitude dos processos no tempo e no espaço.

Na abordagem regional, deve-se observar a paisagem como expressão materializada da interação de processos endógenos e exógenos na escala de tempo geológico, cuja superfície do terreno reflete o resultado de vários processos e comportamentos litoestruturais e tectônico na morfologia, nos possíveis compartimentos ou unidades de paisagens.

A descrição de cada grupo é complementada por uma interpretação realizada seja pelo próprio grupo, pelos demais e/ou pelo professor que realiza apenas o papel de orientar, problematizar e auxiliar nas interpretações. As observações e colocações de um grupo podem e devem subsidiar a dos outros que devem, na medida do possível, retomá-las.

A idéia é possibilitar o grupo realizar o próprio raciocínio geomorfológico a partir do conhecimento prévio, dos dados e informações levantadas no campo por intermédio dos recursos cartográficos, do levantamento empírico e dos olhares das equipes.

3) **O Pós-campo** corresponde o procedimento de (re) socialização do que se sabe, do que se aprendeu, do que ainda permanece com dúvida. É hora de reunir-se em novos grupos, de rever todo o material elaborado, empregado e registrado a fim de se elaborar um texto como atividade escrita, e avaliativa, onde a linguagem e os conceitos geomorfológicos, geológicos e geográficos são utilizados para apresentar para outros leitores a visão e interpretação de unidades geomorfológicas de uma determinada área. No presente caso, o da região metropolitana de Belo Horizonte e entorno, pelos olhos dos alunos de Geomorfologia Climática e Estrutural, pautados na categoria de análise sócio-espacial: Paisagem.

O resultado desses procedimentos revela uma maior participação dos discentes; um interesse por parte dos alunos em contribuir com o que se sabe; um sentimento de aprender e ensinar com o outro que não só com o professor; a satisfação de poder empregar instrumentos e recursos, vistos na disciplina de Cartografia, agora no contexto de observação, levantamento de dados e resolução de questões.

#### **4. Considerações finais**

A partir dos trabalhos de campo os alunos aprendem a associar os conceitos teóricos aos da prática, com relação aos processos geomorfológicos, geológicos e antrópicos juntamente com os efeitos de formação do relevo, do solo e da paisagem, no tempo e no espaço. Um outro aspecto fundamental do trabalho de campo, na disciplina Geomorfologia, são os diálogos que se estabelecem entre teoria/prática, prática/teoria, real/representação e representação/real, indispensáveis durante o raciocínio e o fazer geomorfologia. Esta demanda diferentes habilidades cognitivas do graduando - transitar em diferentes escalas espacial e temporal; aguçar a visualização e a imaginação espacial – e habilidades técnicas e cartográficas como representar em forma de croqui, utilizar instrumentos como bússola e GPS e dialogar com o real com o auxílio das cartas topográficas, geológicas, geomorfológicas, fotografias aéreas e imagens de satélite.

Apesar do potencial didático e pedagógico para a construção do conhecimento no ensino superior e na escola básica, o trabalho de campo como atividade institucionalizada e efetivamente praticada na formação profissional em Geografia enfrenta, ainda, dificuldades mesmo com a existência de Leis, pareceres e documentos que dão legitimidade a essa prática, a essa metodologia de estudo, a esse recurso. Acredita-se que essa barreira possa, aos poucos, ser rompida com a maior divulgação dos resultados de trabalhos, de experiências e, principalmente, das orientações e determinações legais sobre essa prática.

#### **5. Referências bibliográficas**

Brasil, Republica Federativa do. (1979). **Lei 6664 de 26/79**. Brasília: Congresso Nacional.

Brasil, Republica Federativa do. (1981). **Lei 6938/81 de Política de Meio Ambiente**. Brasília: Congresso Nacional.

Brasil, Republica Federativa do. (2001). **Parecer No. CNE/CES 429/2001**. Brasília: CNE/CES.

Compiani, M.; Carneiro, C. D.R.(1993). Os papéis didáticos das excursões geológicas. **Enseñanza de las Ciências de la Tierra**, Espanha, n.1, v.2; p.:90-98.

Ishikawa, T. e Kastens, K.A. (2005). Why some students have trouble with maps and other spatial representations. **Journal of Geoscience Education**. Inglaterra, v. 53, n.2, March, pp.184-197.

Oliveira, J. R. de. (2007). O trabalho de campo e o ensino de geografia. **Anais VIII Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. Niterói, Rio de Janeiro: AGB, 15p.

Scortegagna, A.; Negrão, O. B.M. (2005). Trabalhos de campo na disciplina de Geologia Introdutória: a saída autônoma e seu papel didático. **TERRÆ DIDÁTICA**. Campinas, 1(1):36-43.

Souza, S. M.; Junior, O. P.Souza, C. J. O. e Palhares, V. de L.(2005). Trabalho de Campo Integrado de Geomorfologia E Agrária: Reflexão Sobre Uma Experiência Acadêmica. **Anais VII Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. Niterói, Dourados: AGB, 16p.

Souza, C. J. O. (2007). Conhecimento e aprendizagem de geomorfologia no ensino superior. Uma pesquisa em andamento: seu foco, suas indagações e seu desenho metodológico. I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História das Ciências da Terra. **Anais I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História das Ciências da Terra** – Campinas, set.; p.73 – 82.